

MUITOS MUNDOS, MUITAS EDUCAÇÃOES: educação popular, descolonização epistêmica e outras questões contemporâneas

Ana Paula Morel*
Spensy Kmitta Pimentel**

INTRODUÇÃO

A nova forma de educar que Paulo Freire nomeou de libertadora ou problematizadora produz uma ruptura ao afastar-se de um ensino compensatório oferecido pelo Estado para o povo, e passa a ser definida como uma prática social que busca favorecer o protagonismo histórico dos oprimidos (Freire, 1987). A educação não deve ser uma transmissão de conteúdos, mas um ato político que parte do diálogo entre educador e educando, visando à superação das contradições e desigualdades que determinam a sociedade. Em sua pedagogia do oprimido, Freire preconiza dois momentos: primeiro, os oprimidos desvendam as estruturas de opressão e se engajam na práxis para sua transformação; em seguida, ao transformar os contextos sociais de desigualdades, a pedagogia do oprimido se transforma em pe-

dagogia de um processo permanente de libertação (Freire, 1987).

Ao longo das últimas décadas, o próprio legado da educação popular vai configurando novas rupturas e continuidades. Há uma tentativa de compor a crítica ao enfoque econômico-político dos processos de opressão e dominação com a crítica aos fundamentos epistêmicos coloniais (Fleuri, 2018). Há uma aproximação da antropologia com a educação popular, que se desdobra em uma diversidade de métodos de pesquisa que propõem deslocar o distanciamento e a suposta neutralidade do pesquisador em relação aos “saberes populares”, como a pesquisa participante (Brandão, 2022), a sistematização de experiências (Holliday, 2006) e a pesquisa-ação (Thiollent, 1986), e também a “práxis interseccional” (Collins; Borges, 2021) que articula uma análise das diversas opressões (de gênero, classe, raça e etnia) sem abandonar a perspectiva da pedagogia crítica.

Os artigos deste dossiê, especificamente, buscam discutir, a partir de diferentes temáticas e abordagens, algumas das atualizações e deslocamentos do legado da educação popular. Consideramos especialmente os movimentos

* Universidade Federal Fluminense.
Rua Professor Marcos Waldemar de Freitas Reis – São Domingos – Cep: 24210201. Niterói – Rio de Janeiro – Brasil.
anamorel@id.uff.br
<https://orcid.org/0000-0002-2165-595X>

** Universidade Federal do Sul da Bahia, Campus Sosígenes Costa. Centro de Formação em Artes e Comunicação (CFAC). Rodovia Porto Seguro – Eunápolis, BR-367 – km 10. Cep: 45810-000. Porto Seguro – Bahia – Brasil.
spensy@ufsb.edu.br
<https://orcid.org/0000-0001-7256-9384>

de descolonização produzidos na relação com os “saberes populares”, que, mais do que uma categoria homogênea, aparecem na multiplicidade das práticas e teorias dos coletivos indígenas, negros, camponeses, afro-indígenas.

Sobre esse aspecto, vale notar que, como argumentam Carlos R. Brandão e Valéria Vasconcelos (2021), diferentemente de outras propostas educacionais, a educação popular não é fruto de trabalho de um coletivo uniforme ou de uma única pessoa com sua assinatura individual. Ainda que Paulo Freire seja um “companheiro das primeiras ideias e práticas”, uma referência autoral que desenvolveu um repertório de princípios, preceitos e práticas pedagógicas, deve-se considerar também que a Educação Popular emergiu a partir da interação aberta e dialógica de pessoas e de seus coletivos, na mediação entre diferentes saberes, o que foi denominado pelos autores de “pluri-comunidade político-pedagógica” com vocação popular, insurgente e emancipatória. (Brandão; Vasconcelos, 2021)

Nesse caminho, além de dialogar com o centenário de Paulo Freire, o dossiê também recupera e busca fazer jus a um histórico de diálogo de quase 50 anos entre os mais distintos movimentos sociais e étnicos da América Latina – muitos deles interlocutores frequentes das ciências sociais – e a Educação Popular. Não é possível pensar os movimentos indígenas, camponeses e muitos outros em nosso continente sem atentar para o fato de que a Educação Popular influenciou fortemente – e ajudou a forjar – as estratégias políticas dos mais diversos coletivos, em variados territórios rurais e urbanos. Dessa maneira, esses movimentos também são formadores do legado teórico da Educação Popular, trazendo questionamentos e deslocamentos produzidos por esses encontros de mundos.

Observemos, por exemplo, o testemunho de um importante intelectual indígena como Florisberto Díaz, de Oaxaca (México) sobre o papel da educação popular para seu povo nos anos 80: a reflexão coletiva sobre a

língua e a cultura mixe foram base para que a luta pelos direitos indígenas avançasse (Díaz, 2014, p. 319). Ou, ainda, o relato de uma educadora historicamente ligada ao Conselho Indigenista Missionário (Cimi), como Rossato (2020, p. 82), sobre a inspiração da educação popular para as primeiras ações “alternativas” e “comunitárias” entre os Kaiowá e Guarani de Mato Grosso do Sul – as quais, anos depois, desembocariam em conquistas como o Magistério Indígena Ara Verá ou a Licenciatura Intercultural Teko Arandu.

Outro exemplo claro dessa conexão está na contribuição de Nathalie Le Boulter Pavelic ao dossiê. A partir dos depoimentos dos Tupinambá de Olivença (Bahia), a autora recupera a história da educação escolar indígena na região da Serra do Padeiro, demonstrando como a história recente do movimento de luta pelo reconhecimento dos direitos indígenas dessa população é inseparável de sua luta pela educação e consequente envolvimento com os movimentos de educação popular.

Como ocorreu nas últimas décadas, de forma geral, no campo das Ciências Humanas na América Latina, para a Educação Popular as alteridades têm sido não só um campo de aplicação de teorias exógenas, mas um motor fundamental para as inovações conceituais, abrindo debates sobre as relações de dominação e/ou simetria que se estabelecem entre as cosmovisões ocidentais e as das comunidades tradicionais e de outros coletivos extramodernos. Nesse sentido, podemos perceber, em dois dos artigos reunidos pelo dossiê, de Mariana Mora Bayo e Ana Paula Morel, como a reflexão conceitual proposta pelo movimento indígena – no caso, os neozapatistas de Chiapas (México) – pode proporcionar aportes originais poderosos ao debate acadêmico mais amplo.

E, por sinal, no artigo que discute a ideia de uma “universidade popular”, associada ao movimento da educação popular, Spensy Pimentel recupera entrevista recente de Brandão em que ele aponta ser exatamente a entrada massiva, nos últimos anos, de negros e

indígenas nas universidades brasileiras o que poderia representar a expressão concreta mais próxima da aplicação das ideias da educação popular no âmbito dessas instituições (Brandão; Silva; Romano, 2021).

A construção das autonomias comunitárias, pilar fundamental da Educação Popular, é outro ponto de contato com as discussões sobre a autodeterminação dos povos. Considerando as demandas negras, indígenas – das populações tradicionais, de forma geral – por novas formas de conexões intepistêmicas, particularmente em torno do que conhecemos como “educação”, os debates latino-americanos sobre o tema são, também, uma mensagem para a própria academia, indicando a necessidade de fortalecer o que os intelectuais orgânicos ligados à Teia dos Povos (rede de movimentos sociais e étnicos destacada no artigo de Pimentel) denominam “soberania pedagógica” (Ferreira; Felício, 2021).

Essa busca pela autodeterminação – hoje materializada nas lutas pela autonomia (López-Bárceñas, 2007) – tem demonstrado a capacidade de inspirar e tornar-se, por si mesma, educativa, como reflete Daniel Munduruku (2012). As reflexões de Mora Bayo apresentadas no dossiê, a partir de seu trabalho junto aos zapatistas, seguem nessa direção. Na avaliação da autora, a convivência com essas comunidades ensina a escutar, a buscar perguntas (não somente respostas) e a conectar o exercício analítico com o cotidiano.

Nosso dossiê busca, ainda, estabelecer uma contribuição que atualize alguns desses debates, em conexão com a literatura antropológica mais recente, que sublinha a necessidade de atentar às relações entre humanos e não humanos propostas pelas comunidades tradicionais – por exemplo, remetendo-nos a discussões sobre as chamadas “cosmopolíticas”. No artigo de Luiza Dias Flores, podemos perceber como é impossível compreender a discussão pedagógica realizada na comunidade quiilombola acompanhada pela pesquisadora sem levar em conta as diversas entidades de

outros planos de existência que participam dos *ipádès*, as rodas de conversa que são a base da proposta educativa chamada pela comunidade de Multiversidade. O mesmo dá-se entre os Tupinambá de Olivença retratados por Pavelic, conforme já apontamos: por lá, a definição sobre os processos de aprendizagem é indissociável das ações dos Encantados.

Nesse sentido, há um deslocamento do fio que dá continuidade as polissemias da Educação Popular, a saber, o humanismo que atravessa as diferentes correntes (laicas, cristãs, marxistas) que a fundamentam (Brandão; Vasconcelos, 2021). As palavras “humanismo”, “homem”, “humano” são recorrentes e embasam a pedagogia freiriana (Freire, 1987). Alguns movimentos contemporâneos apontam como questionar a centralidade do humanismo é uma tarefa ainda mais urgente em tempos de colapso ecológico.

Tal ponto é discutido, no dossiê a seguir, pelo artigo de Ana Paula Morel, que aponta como a autonomia freiriana é transformada para um diálogo cotidiano com uma rede de humanos e não humanos que habitam o cosmos. A autora também menciona os questionamentos trazidos no período de “refundação da educação popular” pelas perspectivas interseccionais. E, ao refletir especificamente sobre o movimento zapatista, a autora argumenta como o movimento produz uma *indigenização* que parte do protagonismo das mulheres deslocando as bases da educação popular por meio do pensamento maya e sua afirmação da multiplicidade.

Vale dizer ainda que, no geral, o dossiê busca reunir reflexões que partem de práticas acadêmicas e educativas desafiadoras do Estado e do Mercado, a partir dos quais surgem relações que terminam por oprimir determinados grupos sociais. O artigo de Maria Elena Torres, Patricia dos Santos Pinheiro e Bismark Karuá Tapuia-Tarairiú nos oferece relato baseado na criação de um curso *online*, durante o período da pandemia de covid-19, que buscou realizar uma reflexão entre alunos de pós-graduação

sobre elementos caros à Educação Popular e às reflexões recentes sobre as epistemologias negras e indígenas: corporeidade e afeto.

Ao fim ao cabo, o viés crítico da Educação Popular conduz-nos, então, a questionamentos sobre o envolvimento do pesquisador com seus interlocutores. Quais são as consequências políticas e pedagógicas do trabalho de pesquisa? Como praticar um trabalho de pesquisa efetivamente comprometido com as comunidades? Como estar comprometido politicamente com as comunidades sem reproduzir lógicas colonialistas? Como melhor entender o fato de que as Ciências Sociais podem, enfim, ser afetadas por essas relações com os povos extramodernos e suas cosmovisões, ou ontologias políticas próprias? Como o “humanismo” fundador da Educação Popular pode ser deslocado pelas cosmopolíticas dos diferentes povos? Quais as potencialidades do encontro entre Educação Popular e a pesquisa acadêmica em Ciências Sociais para pensarmos caminhos diante do colapso ecológico e civilizacional em curso? Essas são algumas das questões com as quais esperamos contribuir a partir do conjunto de artigos que ora apresentamos.

Recebido para avaliação em 28 de março de 2023
Aceito em 04 de abril de 2023

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Carlos R. *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BRANDÃO, Carlos R.; VASCONCELOS, Valéria. Entre as origens e o agora: memórias e trajetórias da educação popular. *Reflexão e Ação*. Santa Cruz do Sul, v. 29, n. 2, p. 10-24, mai./ago. 2021.
- BRANDÃO, Carlos R.; CORREA BORGES, M. A pesquisa participante: um momento da educação popular. *Revista de Educação Popular*, [S. l.], v. 6, n. 1, 2008. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/19988>. Acesso em: 27 mar. 2022.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues; SILVA, Patrícia Nascimento; ROMANO, Pauliane. Centenário de Paulo Freire: aportes para se pensar a educação superior na atualidade: entrevista especial com o professor Carlos Rodrigues Brandão. *Revista Docência do Ensino Superior*, v. 11, e035140, p. 1-15, 2021.
- COLLINS, P. H. BORGE, S. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.
- DÍAZ, Floriberto. *Escrito: comunalidad, energía viva del pueblo mixe Ayuujksënä'yën – ayuujkwënmä'ny – ayuujk mëk'ajtën*. Cidade do México: Unam, 2014 (ed. digital).
- FERREIRA, Joelson; FELÍCIO, Erahsto. *Por terra e território – caminhos da revolução dos povos no Brasil*. Arataca, Teia dos Povos, 2021.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- HOLLIDAY, Oscar Jara. *Para sistematizar experiências*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006.
- LÓPEZ BÁRCENAS, Alfredo. *Autonomias Indígenas en América Latina*. Oaxaca/México, Coapi/MC, 2007.
- MUNDURUKU, Daniel. *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)*. São Paulo: Paulinas, 2012.
- ROSSATO, Veronice L. *Será o letrado ainda um dos nossos? Os resultados da escolarização entre os Kaiowá e Guarani de Mato Grosso do Sul*. Veranópolis: Diálogo Freiriano, 2020.
- THIOLLENT, M. *Metodologia da Pesquisa-Ação*. São Paulo: Cortez, 1986.

Ana Paula Massadar Morel – Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora do Departamento Educação, Sociedade e Conhecimento da Universidade Federal Fluminense (UFF). Trabalha com temas relacionados a movimentos sociais, educação popular, autonomias e cosmopolítica.

Spensy Kmitta Pimentel – Professor no Centro de Formação em Artes e Comunicação (CFAC) da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), é mestre e doutor em Antropologia pela Universidade de São Paulo (USP) e graduado em Jornalismo, também pela USP. É autor de *O índio que mora na nossa cabeça*: sobre as dificuldades para entender os povos indígenas (Prumo, 2012) e correalizador de diversos documentários, como *Monocultura da fé* (Canal Futura, 2018).